

Henry Kissinger Ordem mundial



Copyright © 2014, Henry A. Kissinger

Todos os direitos reservados.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Todos os direitos desta edição reservados à

Editora Objetiva Ltda.

Rua Cosme Velho, 103

Rio de Janeiro – RJ – Cep: 22241-090

Tel.: (21) 2199-7824 – Fax: (21) 2199-7825

www.objetiva.com.br

Título original

World Order

Capa

Adaptação de Barbara Estrada sobre design original de Darren Haggar

Mapas

Jeffrey L. Ward

Revisão técnica

Dani Nedal

Revisão

Rita Godoy

Fatima Fadel

Cristhiane Ruiz

Coordenação de e-book

Marcelo Xavier

Conversão para e-book

Abreu's System Ltda.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

K66o

Kissinger, Henry

Ordem mundial [recurso eletrônico] / Henry Kissinger ; tradução Cláudio Figueiredo. - 1. ed. - Rio de Janeiro :
Objetiva, 2015.

recurso digital

Tradução de: *World Order*

Formato: epub

Requisitos do sistema: Adobe Digital Editions

Modo de acesso: World Wide Web

373p. ISBN 978-85-390-0669-4 (recurso eletrônico)

1. Política internacional - Séc. XXI. 2. Política econômica. 3. Geopolítica. 4. Livros eletrônicos. I. Título.

15-20109 CDD: 327.51

CDU: 327(510)

Rumo a uma ordem asiática: confronto ou parceria?

O TRAÇO MAIS CARACTERÍSTICO dos Estados asiáticos reside na sua percepção de que representam países “emergentes” ou “pós-coloniais”. Todos procuraram superar o legado do jugo colonial por meio da afirmação de uma forte identidade nacional. Eles compartilham uma convicção de que a ordem mundial no momento está se reequilibrando depois de uma intervenção não natural do Ocidente ao longo dos últimos séculos, porém extraíram lições muito diferentes das suas trajetórias históricas. Quando altos funcionários procuram fazer alusão aos seus interesses vitais, muitos deles se voltam para tradições culturais diferentes e idealizam um período diferente, que representaria uma “era de ouro”.

Nos sistemas da Europa dos séculos XVIII e XIX, a preservação do equilíbrio — e, conseqüentemente, do status quo — era vista como uma virtude. Na Ásia, quase todos os Estados são impulsionados pelo seu próprio dinamismo. Convencidos de que se encontram em “ascensão”, eles operam com a convicção de que o mundo ainda está por reconhecer o papel condizente com sua atual condição. Ainda que nenhum estado condicione a soberania e a dignidade uns dos outros e todos reafirmem a dedicação a uma diplomacia que não incorra na lógica da “soma zero”, a busca simultânea de tantos programas de construção de prestígio nacional introduz um grau de volatilidade na ordem regional. Com a evolução das modernas tecnologias, as maiores potências da Ásia se armaram com arsenais de um poder de destruição muito maior do que mesmo o estado europeu mais forte possuía no século XIX, aumentando dessa forma os riscos representados por eventuais erros de cálculo.

A organização da Ásia apresenta, assim, um desafio inerente à ordem mundial. A percepção dos países e a busca dos seus interesses nacionais, e não o equilíbrio de poder enquanto um sistema, deram forma aos mecanismos de poder que acabaram por se desenvolver. Seu teste consistirá em saber se será possível uma parceria que abranja a região, proporcionando uma estrutura pacífica para a interação entre vários interesses estabelecidos.

A ordem internacional asiática e a China

De todos os conceitos de ordem mundial que já existiram na Ásia, aquele adotado pela China foi, de longe, o que funcionou por mais tempo, o mais claramente definido e o mais distanciado das noções vestfalianas. A China percorreu também a trajetória mais complexa, indo de uma

antiga civilização, passando por um império clássico, daí para a revolução comunista até atingir o status de uma grande potência moderna — um rumo que acabará por exercer um impacto profundo sobre a humanidade.

Da sua unificação como uma única entidade política em 221 a.C. até o início do século xx, a ideia de que a China ocupava o centro da ordem mundial estava tão arraigada no modo de pensar de sua elite que o idioma chinês não dispunha de nenhuma palavra para designar esta noção. Apenas de modo retrospectivo seus estudiosos viriam a definir o sistema “sinocêntrico” de Estados tributários.¹ Segundo esse conceito tradicional, a China considerava a si mesma, em certo sentido, o único governo soberano do mundo. Seu imperador era tratado como uma figura de dimensões cósmicas e uma peça fundamental a unir os planos humano e divino. Seu raio de ação não era um estado soberano da “China” — ou seja, os territórios diretamente sob seu controle —, mas sim “Tudo que Existe sob o Céu”, uma área da qual a China constituía a parte central, civilizada: o “Império do Meio”, inspirando e aperfeiçoando o resto da humanidade.

De acordo com essa visão, a ordem mundial refletia uma hierarquia universal, não um equilíbrio de Estados soberanos competindo entre si. Cada sociedade conhecida era considerada como uma entidade que devia algum tipo de tributo à China, numa relação parcialmente ditada pelo seu grau de aproximação em relação à cultura chinesa, à qual nenhuma outra se equiparava. Outros monarcas não eram vistos como pares, mas sim como pupilos ávidos por aprender a arte de governar, se esforçando para alcançar o plano da civilização. A diplomacia não era um processo de barganha entre múltiplos interesses soberanos, mas uma série de cerimônias cuidadosamente encenadas nas quais era dada à sociedades estrangeiras a oportunidade de reafirmar seu lugar na hierarquia global. De forma condizente com essa perspectiva, na China da era clássica o que hoje chamamos de “política externa” era competência do Ministério dos Rituais, que determinava os graus de dependência dos Estados tributários, e do Gabinete de Assuntos de Fronteira, encarregado das relações com as tribos nômades. Um Ministério das Relações Exteriores veio a ser constituído na China só em meados do século xix, e apenas para lidar com os intrusos do Ocidente.² Mesmo assim, os funcionários consideravam sua tarefa como uma prática tradicional relacionada ao contato com bárbaros, não algo que pudesse ser considerado diplomacia vestfaliana. O novo ministério ostentava o título revelador de “Gabinete de Administração dos Negócios de Todas as Nações”, sugerindo que a China não estava em absoluto empenhada numa diplomacia interestatal.

O objetivo do sistema de Estados tributários era estimular uma postura de deferência, não extrair benefícios econômicos ou dominar sociedades estrangeiras por meios militares. A realização arquitetônica mais imponente da China, a Grande Muralha, que acabou por se estender por cerca de 8 mil quilômetros, teve sua construção iniciada pelo imperador Qin Shi Huang, que acabara de derrotar militarmente todos os seus rivais, pondo fim ao período dos Reinos Combatentes para unificar a China. Foi um grandioso testemunho de uma vitória militar, mas também dos seus limites, transmitindo a ideia de um vasto poder somado à consciência de sua vulnerabilidade. Por milênios a China esteve empenhada mais em enganar e seduzir seus adversários do que propriamente em derrotá-los pela força das armas. Assim, um

ministro da dinastia Han (206 a.C — 220 d.C.) descreveu as “cinco iscas” com as quais propunha lidar com as tribos Xiongnu, um povo composto por cavaleiros, na fronteira nordeste do país, ainda que pelos critérios militares convencionais a China fosse superior em termos militares:

Dar-lhes [...] roupas refinadas e carruagens para corromper seus olhos; dar-lhes boa comida para corromper suas bocas; dar-lhes música e mulheres para corromper seus ouvidos; oferecer-lhes belas construções, celeiros e escravos para corromper seus estômagos [...]; e, para os que quisessem se render, o imperador [deveria] conceder-lhes a honra de recebê-los com uma festa imperial, na qual o imperador deveria servir-lhes pessoalmente vinho e comida, de modo a corromper suas mentes. Essas são as que poderíamos chamar de as cinco iscas.³

Marca registrada dos rituais diplomáticos chineses, o *kowtow* — ato de ajoelhar-se e abaixar a cabeça até tocar no chão em reconhecimento à autoridade superior do imperador — era certamente um aviltamento e provou ser um obstáculo nas relações com os modernos estados ocidentais. Porém o *kowtow* era simbolicamente voluntário: a deferência representativa de um povo que tinha sido menos conquistado do que vencido pela admiração. O tributo prestado à China nessas ocasiões era muitas vezes excedido em valor pelos presentes oferecidos pelo imperador em retribuição.

Tradicionalmente, a China buscava dominar em termos psicológicos os outros países por meio das suas realizações e da sua cultura — entremeadas com ocasionais investidas militares para ensinar uma “lição” aos bárbaros recalcitrantes e também para inspirar respeito. Tanto esses objetivos estratégicos como esse enfoque fundamentalmente psicológico do conflito armado puderam ser vistos em ação em tempos tão recentes como as guerras da China com a Índia, em 1962, e com o Vietnã, em 1979, assim como no modo como reafirmava seus interesses vitais em relação aos seus vizinhos.

Contudo, a China não era uma sociedade imbuída de uma missão no sentido ocidental do termo. Ela procurava inspirar respeito, não impor conversão; essa linha sutil jamais podia ser cruzada. Sua missão era o seu desempenho, o qual se esperava que fosse admitido e reconhecido pelas sociedades estrangeiras. Era possível que outro país se tornasse um amigo, até mesmo um velho amigo, mas jamais poderia ser tratado pela China em termos de igualdade. Ironicamente, os únicos estrangeiros que obtiveram algo semelhante a esse status foram conquistadores. Num dos mais espantosos feitos de imperialismo cultural da história, dois povos que tinham conquistado a China — os mongóis no século XIII e os manchus no século XVII — foram induzidos a adotar os elementos fundamentais da cultura chinesa para facilitar a administração de um povo tão numeroso e tão obstinado na crença na sua própria superioridade cultural. Os conquistadores foram assimilados num grau significativo pela sociedade chinesa derrotada, a ponto de partes importantes dos seus territórios de origem acabarem por ser considerados tradicionalmente chineses. A China não tinha pretendido exportar seu sistema político; tinha visto, ao contrário, outros virem adotá-lo. Nesse sentido, ela se expandiu não pela conquista, mas por osmose.

Na Era Moderna, os representantes ocidentais com seu próprio sentido de superioridade cultural se dispuseram a recrutar a China para o sistema mundial europeu, que estava em vias de

se tornar a estrutura básica da ordem internacional. Eles pressionaram a China para cultivar laços com o resto do mundo por meio de trocas de embaixadores, livre-comércio e um programa destinado a elevar o nível de sua população, recorrendo à modernização da economia e a uma sociedade aberta ao proselitismo cristão.

O que o Ocidente concebia como um processo de educação e engajamento era tratado na China como uma agressão. Primeiramente a China procurou se esquivar, passando em seguida à resistência aberta. Quando o primeiro enviado britânico, George Macartney, chegou ao país no século XVIII, trazendo com ele alguns dos primeiros produtos da Revolução Industrial e uma carta do rei Jorge III propondo o livre-comércio e o estabelecimento de embaixadas recíprocas e permanentes em Pequim e Londres, o navio chinês que o levou de Guangzhou a Pequim foi adornado com um estandarte identificando-o como o “Embaixador Inglês trazendo um tributo para o Imperador da China”. Ele foi despachado com uma carta explicando ao rei da Inglaterra que nenhum embaixador tinha autorização para residir em Pequim porque “a Europa consiste em muitas outras nações além da sua: se cada uma delas acabar solicitando para ser representada na nossa Corte, como poderíamos vir a consentir isso? Trata-se de algo completamente impraticável”. O imperador não via necessidade de comércio algum além do que já era praticado, de forma limitada, restrito a quantias precisas, porque a Grã-Bretanha não dispunha de bens que a China pudesse desejar:

Ao zelar pelo vasto mundo, tenho em vista um único objetivo, ou seja, o de governar da maneira mais perfeita e cumprir com os deveres do Estado; não me interessam objetos exóticos e caros. Se ordenei que os tributos enviados por você, ó Rei, fossem aceitos, isso se deu apenas em consideração à disposição que o levou a enviá-los para tão longe. [...]

Como seu embaixador pode ver por si mesmo, possuímos todas as coisas.⁴

Depois da derrota de Napoleão, à medida que sua expansão mercantil ganhava ímpeto, a Grã-Bretanha tentou uma nova abordagem, despachando um segundo enviado com uma proposta semelhante. A exibição do poder naval britânico durante as Guerras Napoleônicas de pouco serviu para mudar a estimativa chinesa em relação à conveniência de manter relações diplomáticas. Quando William Amherst, o enviado, se recusou a comparecer à cerimônia de *kowtow*, oferecendo como desculpa a explicação de que o uniforme apropriado não havia sido entregue a tempo, sua missão foi dispensada e qualquer tentativa posterior de uma nova abordagem diplomática foi explicitamente desencorajada. O imperador despachou uma mensagem para o príncipe regente na Inglaterra, explicando que, na condição de “senhor de todas as coisas sob o céu”, o governo da China não poderia se dar ao trabalho de ensinar a cada enviado bárbaro o protocolo correto.⁵ Os registros imperiais se limitariam apenas a reconhecer que “vosso reino situado para além dos oceanos proclama sua lealdade e anseia pela civilização”, porém (na tradução do édito feita para uma publicação de missionários ocidentais):

Desta data em diante, não há mais necessidade de que enviados sejam despachados para percorrerem um caminho tão longo, já que o único resultado será o fútil desperdício de energia durante a viagem. Se vós vos dispuserdes a inclinar vosso coração numa disposição submissa, poderíeis abrir mão de despachar missões à corte de tempos em tempos; esse é o verdadeiro caminho para voltar-se para a civilização. Para que possais obedecer para sempre esse ditame, proclamamos agora esse édito.⁶

Ainda que admoestações como essa pareçam presunçosas pelos padrões de hoje — e fossem profundamente ofensivas para o país que acabara de manter o equilíbrio de poder europeu e poderia se considerar a potência mais avançada da Europa em termos navais, econômicos e industriais —, o imperador estava se expressando de uma maneira condizente com as ideias sobre seu lugar no mundo vigentes há um milênio, e que muitos povos vizinhos tinham sido obrigados a, pelo menos, tolerar.

As potências ocidentais, para sua vergonha, acabaram por forçar a situação em relação ao tema do livre-comércio, concentrando o foco no produto mais obviamente nocivo vendido por elas e insistindo no direito de importar sem qualquer tipo de restrição, justamente — entre todos os frutos do progresso ocidental — o ópio. A China, no último período da dinastia Qing havia negligenciado a condição de sua tecnologia militar, em parte por causa do status inferior dos militares na hierarquia social confuciana da China, expressa no ditado “Ferro bom não é usado para fazer pregos. Bons homens não se tornam soldados”. Mesmo sob ataque das forças ocidentais, a dinastia Qing desviou fundos destinados a gastos militares em 1893 para restaurar um exuberante barco de mármore no Palácio de Verão imperial.

Temporariamente sobrepujada pela pressão militar em 1842, a China assinou tratados nos quais cedia às exigências ocidentais. Mas não abandonou seu sentido de singularidade e travou com tenacidade uma luta à sua retaguarda. Depois de obter uma vitória decisiva em 1856-58 (motivada pelo apresamento supostamente impróprio de um navio de bandeira britânica em Guangzhou), a Grã-Bretanha insistiu num tratado que formalizasse o direito, há muito reivindicado, de instalar um ministro residente em Pequim. Chegando, no ano seguinte, para assumir seu posto acompanhado de um séquito triunfal, o enviado britânico encontrou a principal entrada na cidade pelo rio bloqueada por correntes e estacas. Ao ordenar que um contingente de marinheiros britânicos retirasse os obstáculos, forças chinesas abriram fogo; 519 militares britânicos morreram e outros 456 ficaram feridos na batalha que se seguiu. A Grã-Bretanha despachou então uma força militar sob as ordens de lorde Elgin, que atacou Pequim e queimou o Palácio de Verão, enquanto a corte de Qing fugia. Essa intervenção brutal levou a dinastia governante a aceitar, ainda que relutantemente, a instituição de um “Bairro das Legações”, destinado a abrigar os representantes diplomáticos. A aquiescência da China em relação ao conceito de diplomacia recíproca no interior de um sistema de Estados soberanos vestfaliano não se deu sem relutância e ressentimento.

No âmago dessas disputas jazia uma questão mais abrangente: consistiria a China, ela própria, numa ordem mundial em si ou seria um Estado como os outros, que era parte de um sistema internacional mais amplo? A China agarrou-se à primeira premissa. Numa época tão tardia como 1863, depois de duas derrotas militares diante das forças “bárbaras” e de um levante interno massivo (a Rebelião Taiping), sufocado apenas com o recurso a tropas estrangeiras, o imperador enviou uma carta a Abraham Lincoln assegurando-lhe a boa vontade da China: “Tendo, reverentemente, recebido dos Céus a missão de governar o universo, consideramos tanto o Império do Meio [a China] como os países de fora como se constituíssem uma única família, sem nenhuma distinção.”⁷

Em 1872, o eminente sinólogo escocês James Legge expôs a questão de forma precisa e com a confiança típica da sua época, expressa na sensação da própria superioridade do conceito ocidental de ordem mundial:

Durante os últimos quarenta anos a sua posição [da China] com relação às nações mais avançadas do mundo mudou completamente. Firmou tratados com estas em termos de igualdade; mas não acredito que seus ministros e seu povo tenham realmente encarado de frente essa verdade, de modo a compreender o fato de que a China é apenas uma das muitas nações independentes do mundo, e que “sob o céu”, a área sujeita ao domínio do imperador, não compreende *tudo* o que está sob o céu, mas apenas uma determinada parte que pode ser definida sobre a superfície da terra e é passível de ser apontada num mapa.⁸

Com a tecnologia e o comércio empurrando sistemas contraditórios para um contato mais estreito, as normas de qual ordem mundial viriam a prevalecer?

Na Europa, o sistema vestfaliano tinha surgido como um produto de uma grande quantidade de Estados, na prática independentes, ao fim da Guerra dos Trinta Anos. A Ásia ingressou na Era Moderna sem contar com um aparato comparável de organização nacional e internacional. Possuía vários centros civilizacionais cercados de reinos menores, com um conjunto sutil e instável de mecanismos para interação entre eles.

A enorme fertilidade das planícies chinesas, uma cultura de resistência incomum e sua perspicácia política tinham feito com que a China conseguisse permanecer unificada durante a maior parte de um período de dois milênios, exercendo considerável influência política, econômica e cultural — mesmo quando, pelos critérios convencionais, se encontrava militarmente mais fraca. Sua vantagem comparativa residia na prosperidade de sua economia, que produzia bens desejados por todos os seus vizinhos. Moldada por esses elementos, a ideia chinesa de ordem mundial diferia bastante da experiência europeia, que era baseada numa multiplicidade de Estados em condição de igualdade.

O drama do encontro entre a China e o mundo desenvolvido e o Japão residia no impacto exercido pelas grandes potências, organizadas enquanto Estados expansionistas, sobre uma civilização que inicialmente via as características do Estado moderno como uma degradação. A “ascensão” da China à eminência da condição que ocupa no século XXI não é um fenômeno novo, mas restabelece padrões históricos. A diferença está no fato de a China ter retornado tanto como herdeira de uma antiga civilização quanto como uma grande potência contemporânea segundo o modelo vestfaliano. A nova situação combina os legados do “Tudo sob o Céu”, da modernização tecnocrática e de uma busca nacional singularmente turbulenta ao longo do século XX por uma síntese entre as duas coisas.

A China e a ordem mundial

A dinastia imperial entrou em colapso em 1911, e a fundação de uma república chinesa com Sun Yat-sen, em 1912, deixou a China com um governo central enfraquecido e fadada a ingressar numa década de warlordismo.¹¹ Um governo central mais forte emergiu com Chiang Kai-shek,

em 1928, e procurou tornar a China capaz de assumir um lugar no conceito vestfaliano de ordem mundial e no sistema econômico global. Procurando ser a um só tempo moderno e tradicionalmente chinês, tentou adaptar-se a um sistema internacional que passava, ele próprio, por um período de turbulência. Àquela altura, contudo, o Japão, que já havia se lançado em seu ímpeto modernizador meio século antes, começara sua disputa pela hegemonia asiática. A ocupação da Manchúria em 1931 foi seguida pela invasão pelos japoneses de vastas áreas no centro e no leste da China em 1937. O governo nacionalista se viu impedido de consolidar suas posições e a insurgência comunista ganhou algum fôlego para respirar. Ainda que tenha emergido como uma das potências vitoriosas ao fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, a China estava dilacerada por uma guerra civil e uma agitação revolucionária que desafiavam todos os relacionamentos e legados.²

A 1º de outubro de 1949, em Pequim, Mao Zedong proclamou a fundação da República Popular da China com as palavras “O povo chinês se pôs de pé”. Mao elaborou esse slogan ao descrever uma China que se purificava e se fortalecia por meio de uma doutrina de “revolução contínua” e se pôs a dismantelar os conceitos estabelecidos de ordem doméstica e internacional. O espectro institucional inteiro se viu sob ataque: democracias ocidentais, a liderança soviética do mundo comunista e o legado do passado chinês. Arte e monumentos, feriados e tradições, vocabulário e vestimentas, todos esses aspectos se encontraram sob diferentes formas de proibição — acusados de promover a passividade que havia deixado a China despreparada diante das intervenções estrangeiras. No conceito de ordem de Mao — que ele chamava de “grande harmonia”, ecoando a filosofia clássica chinesa — uma nova China acabaria por vir à tona a partir da destruição da cultura tradicional confuciana, que enfatizava a harmonia. Cada onda de esforço revolucionário, proclamava ele, seria a precursora da onda seguinte. O processo da revolução deveria ser sempre acelerado, sustentava Mao; caso contrário os revolucionários se tornariam complacentes e indolentes. “O desequilíbrio é uma regra geral, objetiva”, escreveu Mao:

O ciclo, que é interminável, se desenvolve do desequilíbrio para o equilíbrio e daí novamente para o desequilíbrio. Cada ciclo, contudo, conduz a um nível mais alto de desenvolvimento. O desequilíbrio é normal e absoluto, enquanto o equilíbrio é temporário e relativo.¹⁰

Em última análise, essa turbulência era concebida para produzir um tipo de resultado tradicionalmente chinês: uma forma de comunismo intrínseco à China, na qual ela se colocava à parte pela forma diferente de se conduzir, definida pelas suas realizações, com a autoridade moral singular — e agora revolucionária — da China novamente dominando “Tudo sob o Céu”.

Mao conduzia os assuntos da política externa guiado pela mesma convicção da natureza singular da China. Ainda que o país fosse objetivamente fraco em relação à força do resto do mundo, Mao insistia no seu papel central, em vista de sua superioridade psicológica e ideológica, a ser demonstrada mais num espírito de desafio do que de conciliação com um mundo que enfatizava a força física superior. Ao falar em Moscou durante uma conferência internacional de líderes do Partido Comunista, em 1957, Mao chocou seus colegas delegados ao prever que, no caso de uma guerra nuclear, a população mais numerosa e sua cultura mais resistente fariam da

China a vencedora em última instância, e que, mesmo que as baixas chegassem a centenas de milhões, isso não desviaria a China do rumo da revolução. Ainda que isso possa ter sido em parte um blefe para desencorajar outros países munidos de arsenais nucleares imensamente superiores, Mao queria que o mundo acreditasse que ele contemplava com equanimidade a eventualidade de uma guerra nuclear. Em julho de 1971 — durante minha visita secreta a Pequim — Zhou Enlai resumiu a concepção de Mao de ordem mundial fazendo alusão à frase do seu líder que invocava o mandado dos imperadores chineses com o acréscimo, irônico de um pequeno detalhe: “Tudo sob o céu está mergulhado no caos, a situação é excelente.” De um mundo tomado pelo caos, a República Popular da China, com sua resistência temperada por anos de luta, acabaria por emergir como a força triunfante, não apenas na China, mas em toda parte “sob o céu”. A ordem mundial comunista terminaria por se fundir com a tradicional visão da Corte Imperial.

A exemplo do fundador da mais poderosa dinastia chinesa (221-207 a.C.), o imperador Qin Shi Huang, Mao procurava unificar a China enquanto lutava para destruir a antiga cultura que considerava culpada pela fraqueza e humilhação do país. Governava num estilo tão remoto como o de qualquer imperador (ainda que os imperadores não tivessem convocado manifestações de massa) e combinava esse estilo com as práticas de Lênin e Stálin. O domínio de Mao encarnava o próprio dilema revolucionário. Quanto mais abrangentes são as mudanças fomentadas pelo revolucionário, maior é a resistência que este encontra, não necessariamente da parte de adversários ideológicos ou políticos, mas da inércia induzida pelo estado de espírito rotineiro. O profeta revolucionário sempre se vê tentado a desafiar a mortalidade ao acelerar sua agenda de mudanças e multiplicar os meios para pôr em prática sua visão. Mao lançou seu desastroso Grande Salto Adiante, em 1958, para estimular uma industrialização em ritmo acelerado, e a Revolução Cultural, em 1966, para expurgar o grupo no governo, de modo a impedir sua institucionalização, numa campanha que durou cerca de uma década, levando ao exílio no campo de uma geração de jovens educados. Dezenas de milhões morreram buscando os objetivos apontados por Mao — a maior parte eliminada sem amor ou ódio, mobilizados para acelerar o que até então tinha sido considerado um processo histórico.

Os revolucionários saem vencedores quando suas realizações passam a ser aceitas como um fato dado e o preço pago por elas é tido como inevitável. Alguns dos líderes chineses contemporâneos sofreram terrivelmente durante a Revolução Cultural, porém agora apresentam esse sofrimento como tendo contribuído para seu fortalecimento e sua autodescoberta, tornando-os mais resistentes para as tarefas desafiadoras, necessárias para levar o país a outro período de vasta transformação. E o público chinês, especialmente aqueles jovens demais para terem experimentado diretamente esse esforço, parecem aceitar a descrição de Mao como sendo basicamente um unificador que trabalhou pela dignidade chinesa. Saber qual aspecto do seu legado prevalecerá — o arrogante desafio maoista lançado ao mundo ou a determinação serena adquirida ao suportar os tumultos por ele promovidos — terá um peso importante ao determinar a relação da China com a ordem mundial do século XXI.

Nos primeiros tempos da revolução cultural, a China — por opção própria — dispunha de apenas quatro embaixadores em todo o mundo e se mantinha numa situação de confronto com ambas as superpotências nucleares, os Estados Unidos e a União Soviética. Por volta do fim da

década de 1960, Mao reconheceu que a revolução cultural havia exaurido até mesmo a capacidade do povo chinês — cuja resistência havia sido afiada durante milênios — e que o isolamento da China poderia fazer com que forças estrangeiras ficassem tentadas a intervir, justamente o perigo que se pretendia evitar recorrendo ao rigor ideológico e a uma postura de desafio. Em 1969, a União Soviética parecia prestes a atacar a China a ponto de levar Mao a dispersar seus ministros pelas províncias, com apenas o premier Zhou Enlai permanecendo em Pequim. Mao reagiu a essa crise com uma mudança de direção tipicamente inesperada. Ele pôs fim aos aspectos mais anárquicos da revolução cultural, recorrendo às forças armadas para frear a ação dos Guardas Vermelhos, que tinham desempenhado o papel de suas tropas de choque — enviando-os para o campo, onde se juntaram às suas primeiras vítimas no que vinha a ser, efetivamente, trabalho forçado. E ele se esforçou para pôr a União Soviética em xeque-mate ao se voltar para um adversário até então difamado: os Estados Unidos.

Mao calculou que a abertura para os Estados Unidos terminaria com o isolamento chinês e ofereceria a outros países até então hesitantes uma justificativa para reconhecer a República Popular da China. (De forma interessante, uma análise da CIA, escrita enquanto eu me preparava para a minha primeira viagem, afirmava que as tensões sino-soviéticas eram sérias a ponto de tornar possível uma reaproximação entre a China e os Estados Unidos, mas que o fervor ideológico de Mao impediria que isso acontecesse ainda durante sua vida.)¹¹

Revoluções, não importa quão radicais sejam, precisam ser consolidadas e, no fim, adaptadas, passando do momento de exaltação para uma atitude capaz de ser sustentada durante um período razoável de tempo. Esse foi o papel histórico desempenhado por Deng Xiaoping. Apesar de ter sido alvo, por duas vezes, de expurgos por parte de Mao, ele se tornou o real governante do país dois anos depois da morte do líder chinês, em 1976. Rapidamente empenhou-se em reformar a economia e abrir a sociedade. Buscando o que definia como “socialismo com características chinesas”, ele liberou as energias latentes do povo chinês. Num período menor do que o de uma geração, a China avançou a ponto de se tornar a segunda maior economia do mundo. Para acelerar ainda mais essa espetacular transformação, a China — ainda que possivelmente não por convicção — ingressou nas instituições internacionais e aceitou as regras estabelecidas da ordem mundial.

Contudo, a participação da China em aspectos da estrutura vestfaliana trazia em seu bojo uma ambivalência nascida da história que a levou a entrar no sistema internacional de Estados. A China não se esqueceu de que originalmente foi forçada a lidar com a ordem internacional preexistente de um modo totalmente não condizente com a imagem histórica que fazia de si mesma ou, aliás, com os próprios princípios manifestos do sistema vestfaliano. Quando pressionada para aderir às “regras do jogo” e às “responsabilidades” do sistema internacional, a reação visceral de muitos chineses — incluindo seus líderes mais importantes — foi profundamente afetada pela consciência de que a China não tinha participado da formulação das regras do sistema. A eles foi solicitado — com o que, por uma questão de prudência, eles concordaram — que aderissem a regras em cuja criação não tiveram nenhuma participação. Mas eles esperam — e mais cedo ou mais tarde acabarão por agir com base nessa expectativa — que a ordem internacional se desenvolva de modo a tornar possível que a China volte a desempenhar

um papel central na formulação de regras, até mesmo a ponto de rever algumas das normas atualmente em vigor.

Enquanto espera que isso aconteça, Pequim tornou-se muito mais ativa no cenário da política mundial. Com a emergência da China como aquela que tem potencial para ser a maior economia do mundo, em todos os foros internacionais são muitos os que buscam saber suas posições e obter seu apoio. A China desfrutou de muitas das formas de prestígio aceitas pelas ordens ocidentais dos séculos XIX e XX: recepção das Olimpíadas; discursos de seus presidentes nas Nações Unidas; visitas recíprocas de chefes de estado e de governo de países importantes em todo o mundo. Segundo qualquer critério, a China reconquistou a estatura pela qual era conhecida durante os séculos em que sua influência alcançava grande alcance. A questão agora consiste em saber como ela vai lidar com a busca contemporânea por uma ordem mundial, especialmente em suas relações com os Estados Unidos.

TANTOS OS ESTADOS Unidos como a China são pilares indispensáveis da ordem mundial. De modo notável, historicamente ambos têm dado mostra de uma atitude ambivalente em relação ao sistema internacional do qual agora são peças fundamentais, afirmando seu compromisso com o sistema, ainda que mantenham restrições quanto a aspectos de sua estrutura. A China não tem em sua história um precedente para o papel que é solicitada a desempenhar na ordem do século XXI, na condição de um grande estado entre outros. Nem os Estados Unidos contam com a experiência de interagir em bases permanentes com um país de tamanho, alcance e desempenho econômico comparáveis, que adote um modelo de ordem doméstica claramente diferente.

As formações cultural e política dos dois lados divergem em aspectos importantes. O enfoque americano em relação à política é pragmático; o da China é conceitual. Os Estados Unidos nunca se viram sob a ameaça de um vizinho poderoso; a China nunca esteve sem um vizinho poderoso nas suas fronteiras. Os americanos sustentam que para todo problema há uma solução; os chineses pensam que cada solução é um ingresso para toda uma nova série de problemas. Os americanos buscam um resultado que seja uma resposta às circunstâncias imediatas; os chineses se concentram na mudança dentro de uma perspectiva evolutiva. Os americanos esboçam um programa com itens práticos, que possam ser “entregues”; os chineses estabelecem princípios gerais e analisam aonde todos eles irão conduzir. O pensamento chinês é moldado em parte pelo comunismo, mas adota numa medida cada vez maior um modo de pensar tradicionalmente chinês; os americanos não se mostram intuitivamente familiarizados com nenhum dos dois.

Em suas histórias, só recentemente a China e os Estados Unidos vieram a participar plenamente do sistema internacional de Estados soberanos. A China acreditou ser uma entidade ímpar, cuja realidade estava contida em grande medida no interior dos seus próprios limites. Os Estados Unidos também se consideram ímpar — ou seja, “excepcional” —, porém com uma obrigação moral de apoiar seus valores ao redor do mundo por motivos que iam além da *raison d'État*. Duas grandes sociedades de diferentes culturas e com diferentes premissas estão passando ambas por ajustes internos fundamentais; se este fato irá se traduzir em rivalidade ou numa nova

forma de parceria é algo que irá influir de forma crucial nas perspectivas para a ordem mundial do século XXI.

A China é agora governada pela quinta geração de líderes desde a revolução. Cada líder de um estágio precedente procurou chegar à visão particular de sua geração a respeito das necessidades da China. Mao Zedong estava determinado a arrancar pela raiz instituições já consolidadas, até mesmo aquelas construídas na fase original de sua vitória, de modo que elas não estagnassem sob as tendências à burocracia típicas da China. Deng Xiaoping compreendeu que a China não podia manter seu papel histórico a menos que se envolvesse com a realidade do plano internacional. O estilo de Deng revelava um foco aguçado: não tripudiar — de modo a não inquietar os outros países —, não proclamar liderança, mas estender a influência da China modernizando tanto a sociedade quanto a economia. Sobre essas bases, dando a partida nesse processo em 1989, Jiang Zemin, nomeado durante a crise na praça Tiananmen, superou as consequências do episódio recorrendo à sua diplomacia pessoal no plano internacional e ampliando a base do Partido Comunista no plano interno. Liderou a República Popular da China em seu objetivo de transformar o país num membro pleno do sistema internacional de Estados e de comércio. Hu Jintao, escolhido por Deng, atenuou com habilidade as preocupações despertadas pelo crescente poder da China e criou as bases para o conceito do novo tipo de relacionamento entre grandes potências proclamado por Xi Jinping.

Tendo como base esses legados, a liderança de Xi Jinping tem procurado levar adiante esse processo promovendo um programa de amplas reformas em escala semelhante à empreendida por Deng. Projetou um sistema que, ainda que evitando a democracia, adquiriria maior transparência e no qual os resultados adviriam mais de procedimentos legais do que do padrão estabelecido de relações pessoais e familiares. Anunciou desafios a muitas práticas e instituições estabelecidas — empresas estatais, feudos de funcionários regionais e corrupção em larga escala — de um modo que combina visão com coragem, mas que certamente trará no seu rastro um período de mudanças e alguma incerteza.

A composição da liderança chinesa reflete a evolução do país rumo à participação nos assuntos internacionais e até mesmo a conformação desses assuntos. Em 1982, nem um único integrante do Politburo tinha um diploma universitário. No momento em que escrevo este livro, quase todos eles dispõem de formação universitária e um número significativo entre eles tem pós-graduação. Uma formação universitária na China tem como base um currículo ao estilo ocidental, não um legado do velho sistema de mandarins (ou o subsequente currículo do Partido Comunista, que impunha seu próprio modo de formação intelectual). Isso representa uma ruptura radical com o passado da China, quando os chineses eram intensa e orgulhosamente provincianos em sua percepção do mundo que estava fora da sua esfera imediata. Os líderes chineses contemporâneos são influenciados por seu conhecimento da história da China, mas não se deixam aprisionar por ela.

Uma visão de longo prazo

Possíveis tensões entre uma potência estabelecida e outra em ascensão não são um fenômeno novo. É inevitável que a potência em ascensão invada esferas até então tidas como reservas exclusivas da potência estabelecida. Da mesma forma, a potência em ascensão suspeita que seu rival pretenda impedir o seu crescimento antes que seja tarde. Uma pesquisa de Harvard demonstrou que de quinze episódios da história envolvendo a interação entre uma potência em ascensão e outra já estabelecida, dez terminaram em guerra.¹²

Não é de surpreender, portanto, que pensadores estratégicos importantes em ambos os lados invoquem padrões de comportamento e experiências históricas para prever a inevitabilidade de um conflito entre as duas sociedades. Do lado chinês, muitas ações americanas são interpretadas como tendo o objetivo de evitar a ascensão da China, e a promoção americana dos direitos humanos é vista como um projeto para minar a estrutura política interna da China. Alguns personagens de peso descrevem a chamada política de pivô americana como o prenúncio de uma demonstração de força final destinada a manter a China permanentemente numa posição secundária — uma atitude mais notável pelo fato de, até o momento em que escrevo, essa política não ter se traduzido em nenhum deslocamento significativo de forças militares.¹³

Pelo lado americano, o medo é o de que uma China em crescimento acabe sistematicamente por abalar a preeminência e, portanto, a segurança dos Estados Unidos. Grupos importantes veem a China, numa analogia com a União Soviética na Guerra Fria, como determinada a alcançar o domínio não apenas econômico, mas militar em todas as regiões da sua vizinhança, obtendo, em última análise, a hegemonia.

Ambos os lados veem confirmadas suas suspeitas pelas manobras militares e programas de defesa um do outro. Mesmo quando esses são “normais” — ou seja, compostos por medidas compreensíveis no caso de um país assumir a defesa do seu interesse nacional da forma como é normalmente compreendido —, são interpretados à luz mais sombria possível. Cada lado deve se mostrar responsável e agir de modo cuidadoso; caso contrário suas manobras unilaterais poderão conduzir a uma corrida armamentista.

Os dois lados precisam absorver a história da década que precedeu a Primeira Guerra Mundial, quando a gradual emergência de uma atmosfera marcada pela suspeita e pela confrontação latente motivou uma escalada rumo à catástrofe. Os líderes da Europa se deixaram aprisionar pelo seu planejamento militar e sua incapacidade de distinguir o tático do estratégico.

Duas outras questões têm contribuído para tornar mais tensas as relações sino-americanas. A China rejeita a noção de que a ordem internacional seja fomentada pela disseminação da democracia liberal e de que a comunidade internacional tenha a obrigação de efetuar tal disseminação, e particularmente a de que essa percepção dos direitos humanos venha a ser implantada pela ação internacional. Os Estados Unidos podem ser capazes de adequar a implementação de suas opiniões sobre direitos humanos em relação às suas prioridades estratégicas. Porém, à luz de sua história e das convicções de seu povo, os Estados Unidos nunca poderão abandonar completamente esses princípios. Do lado chinês, a visão da elite dominante a respeito desse assunto foi expressa por Deng Xiaoping:

Na realidade, a soberania nacional é muito mais importante do que os direitos humanos, mas o Grupo dos Sete (ou Oito) frequentemente viola a soberania dos países pobres, fracos, do Terceiro Mundo. Seu discurso sobre direitos humanos, liberdade e democracia é concebido apenas para preservar os interesses dos países fortes e ricos, que tiram vantagem da sua força para oprimir os países fracos, e que buscam a hegemonia e praticam a política do poder.¹⁴

É impossível qualquer compromisso formal entre essas visões; mas evitar que essa divergência se desenvolva numa espiral levando a um conflito é uma das principais obrigações dos líderes dos dois lados.

Uma preocupação mais imediata diz respeito à Coreia do Norte, à qual se aplica o aforismo do século XIX cunhado por Bismarck: “Vivemos numa época extraordinária, na qual o forte é fraco por causa dos seus escrúpulos e o fraco se torna forte por causa da sua audácia.” O governo da Coreia do Norte não tem como base nenhuma forma de legitimidade, nem mesmo a comunista, a qual ele invoca. Sua principal realização foi ter fabricado alguns poucos artefatos nucleares. Não tem nenhuma capacidade para se envolver numa guerra com os Estados Unidos. Contudo, a existência dessas armas exerce um impacto político que vai muito além de sua utilidade militar. Elas proporcionam um incentivo para que o Japão e a Coreia do Sul desenvolvam sua própria capacidade nuclear militar. Elas compelem Pyongyang a assumir um risco desproporcional em relação às suas capacidades, aumentando o perigo de uma nova guerra na península coreana.

Para a China, a Coreia do Norte encarna legados complexos. Aos olhos de muitos chineses, a Guerra da Coreia simboliza a determinação da China em pôr fim a “um século de humilhação” e o ato de se pôr de pé no cenário mundial, mas também um alerta quanto à possibilidade de se envolver em guerras cujas origens não são controladas pela China e cujas repercussões podem levar a consequências de longo prazo e indesejáveis. É por esse motivo que a China e os Estados Unidos têm assumido posições paralelas no Conselho de Segurança da ONU, pedindo que a Coreia do Norte abandone — não apenas limite — seu programa nuclear.

Para o regime de Pyongyang, abandonar as armas nucleares pode implicar numa desintegração política. Porém o abandono é precisamente o que os Estados Unidos e a China têm pedido publicamente nas resoluções da ONU que se empenharam em aprovar. Os dois países precisam coordenar suas políticas para a eventualidade de seus objetivos anunciados serem alcançados. Será possível fundir as preocupações e as metas dos dois lados a respeito da Coreia? Serão a China e os Estados Unidos capazes de formular uma estratégia de colaboração para a existência de uma Coreia desnuclearizada e unificada, que torne todas as partes envolvidas mais seguras e mais livres? Esse seria um grande passo na direção de um “novo tipo de relação entre potências” tantas vezes evocada e que tanto tem demorado em vir à tona.

Os novos líderes da China irão reconhecer que a reação da população chinesa à vasta agenda que reúne seus objetivos e receios não pode ser conhecida; eles estão navegando por águas ainda não mapeadas. Não podem desejar embarcar em aventuras no exterior, mas resistirão às interferências em relação ao que definem como seus interesses vitais com uma insistência talvez maior do que a de seus antecessores, justamente porque se sentem obrigados a explicar os ajustes inseparáveis das reformas recorrendo a uma ênfase maior no interesse nacional. Qualquer ordem internacional abrangendo tanto os Estados Unidos quanto a China deve envolver um equilíbrio

de poder, mas a administração tradicional do equilíbrio precisa ser mitigada pelo acordo em torno de normas e reforçada pelos elementos de cooperação.

Os líderes da China e dos Estados Unidos reconheceram publicamente o interesse comum dos dois países em trabalhar por um resultado construtivo. Dois presidentes americanos (Barack Obama e George W. Bush) concordaram com seus pares chineses (Xi Jinping e Hu Jintao) em criar uma parceria estratégica na região do Pacífico, que venha a ser uma maneira de preservar o equilíbrio de poder e ao mesmo tempo reduzir a ameaça militar inerente a ela. Até o momento as declarações de intenção não se traduziram em passos específicos na direção combinada.

Parcerias não podem ser concretizadas por proclamação. Nenhum acordo pode garantir um status internacional específico para os Estados Unidos. Se os Estados Unidos vierem a ser percebidos como uma potência em declínio — uma questão de opção, não de destino —, a China e outros países, depois de um hiato de turbulência e convulsão, acabarão sucedendo numa grande medida os Estados Unidos na liderança mundial por ela exercida pela maior parte do período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial.

Muitos chineses podem ver os Estados Unidos como uma superpotência que já passou do auge do seu poder. Entretanto, entre os dirigentes da China existe sempre um claro reconhecimento de que os Estados Unidos conservarão sua capacidade de liderança numa medida significativa num futuro próximo. A essência da construção de uma ordem mundial reside no fato de que nenhum país sozinho, nem a China, nem os Estados Unidos, está em condições de preencher isoladamente o papel de liderança mundial do tipo ocupado pelos Estados Unidos no período imediato do pós-Guerra Fria, quando o país prevalecia material e psicologicamente.

No leste da Ásia, os Estados Unidos não são tanto um promotor do equilíbrio como uma parte integral do equilíbrio. Os capítulos anteriores mostraram quão precário é o equilíbrio quando o número de participantes é pequeno e uma mudança de lado pode se revelar decisiva.¹⁵ Uma abordagem exclusivamente militar do equilíbrio do leste da Ásia levará provavelmente a alinhamentos ainda mais rígidos do que aqueles que geraram a Primeira Guerra Mundial.

No leste da Ásia, algo semelhante a uma balança de poder existe entre a China, a Coreia, o Japão e os Estados Unidos, com a Rússia e o Vietnã como participantes periféricos. Mas difere dos outros exemplos históricos de balanças de poder pelo fato de um dos participantes principais, os Estados Unidos, ter seu centro de gravidade situado longe do centro geográfico do leste da Ásia — e, acima de tudo, porque os líderes de ambos os países cujas forças armadas veem a si mesmas como adversárias em suas publicações militares e pronunciamentos também proclamam sua parceria como um objetivo a ser perseguido em questões políticas e econômicas. Ocorre então que os Estados Unidos são um aliado do Japão e um parceiro manifesto da China — uma situação comparável à de Bismarck, quando este firmou uma aliança com a Áustria contrabalançada por um tratado assinado com a Rússia. Paradoxalmente, foi justo essa ambiguidade que preservou a natureza flexível do equilíbrio europeu. E seu abandono — em nome da transparência — desencadeou uma sequência de confrontos de intensidade crescente, culminando na Primeira Guerra Mundial.

Há cerca de um século — desde a Política de Portas Abertas e a mediação por Theodore Roosevelt da guerra russo-japonesa — evitar a consolidação de uma hegemonia na Ásia tem sido

um objetivo permanente da política americana. Sob as condições atuais, é inevitável que a China conserve sua política de manter forças potencialmente antagônicas o mais distante possível de suas fronteiras. Os dois países operam nesse espaço. A preservação da paz depende do comedimento com que buscam atingir seus objetivos e da sua capacidade para garantir que a competição se atenha aos planos político e diplomático.

Na Guerra Fria, as linhas divisórias eram definidas por forças militares. No período contemporâneo, as linhas não devem ser definidas pela localização de contingentes militares. O componente militar não deve ser visto como o único, ou mesmo o principal, fator a definir o equilíbrio. Conceitos de parceria precisam se tornar, paradoxalmente, elementos da balança de poder moderna, especialmente na Ásia — um enfoque que, se implementado como um princípio abrangente, seria tão inédito como importante. A combinação entre estratégia de balança de poder com uma diplomacia de parceria não será suficiente para remover todos os aspectos de rivalidade, mas pode amenizar seu impacto. Pode proporcionar, acima de tudo, aos líderes chineses e americanos, experiências de cooperação construtiva e a transmissão às suas sociedades de uma maneira de construir um futuro mais pacífico.

A ordem sempre exige um sutil equilíbrio entre moderação, força e legitimidade. Na Ásia, ela deve combinar um equilíbrio de poder com um conceito de parceria. Uma definição puramente militar de equilíbrio acabará por se transformar gradualmente em confronto. Uma abordagem puramente psicológica em relação à parceria suscitará receios de uma possível hegemonia. Estadistas sensatos devem tentar encontrar esse ponto de equilíbrio. Pois fora dele, o desastre está à espreita.

¹¹ Warlordismo é o fenômeno associado à figura dos *warlords*, “senhores da guerra” em inglês, análogo ao caudilhismo. (N.R.T.)

40. No momento em que escrevo este livro, o Afeganistão ainda não tinha reconhecido oficialmente qualquer fronteira territorial com o Paquistão; a Índia e o Paquistão mantêm uma disputa a respeito da região da Caxemira; a Índia e a China disputam Aksai Chin e Arunachal Pradesh e travaram uma guerra por estes territórios em 1962; Índia e Bangladesh expressaram um compromisso para negociar uma resolução a respeito das dezenas de pontos em que extensões de terra avançam nos territórios uns dos outros, mas não ratificaram o acordo resolvendo a questão e têm entrado em conflito a respeito das patrulhas nestes territórios.
41. Ver Pew Research Center Forum on Religion and Public Life. *The Global Religious Landscape: A Report on the Size and Distribution of the World's Major Religious Groups as of 2010*. Washington, D.C.: Pew Research Center, 2012. p. 22.
42. A “Rússia Europeia”, ou a Rússia a oeste das Montanhas Urais, constitui basicamente o quarto mais ocidental da massa terrestre soviética.

Capítulo 6: Rumo a uma ordem asiática

1. Ver Mark Mancall. “The Ch’ing Tribute System: An Interpretive Essay”. *The Chinese World Order*, John K. Fairbank (Org.), Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1968. p. 63.
2. Ver Mark Mancall. *China at the Center: 300 Years of Foreign Policy*, Nova York: Free Press, 1984. p. 16-20. Jonathan Spence. *The Search for Modern China*. 2. ed., Nova York: W. W. Norton, 1999. pp. 197-202.
3. Ying-shih Yü. *Trade and Expansion in Han China: A Study in the Structure of Sino-Barbarian Economic Relations*. Berkeley: University of California Press, 1967. p. 37.
4. Primeiro édito de Qianlong para o rei Jorge III, set. 1793. *The Search for Modern China: A Documentary Collection*. Org. de Pei-kai Cheng; Michael Lestz; Jonathan Spence. Nova York: W. W. Norton, 1999. p. 105.
5. Ele governava no lugar do rei Jorge III, cuja saúde mental havia deteriorado.
6. “The Emperor of China”. *Chinese Recorder*. v. 29, n. 10, pp. 471-3, 1898.
7. *PAPERS RELATING TO FOREIGN AFFAIRS ACCOMPANYING THE ANNUAL MESSAGE OF THE PRESIDENT TO THE FIRST SESSION OF THE THIRTY-EIGHTH CONGRESS*. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1864. Document No. 33. “Mr. Burlingame to Mr. Seward, Peking, January 29, 1863”. 2:846-48.
8. James Legge. *The Chinese Classics; with a Translation, Critical and Exegetical Notes, Prolegomena, and Copious Indexes*. Hong Kong: Lane, Crawford, v. 5, pt. 1, 1872. pp. 52-3.
9. Ver Rana Mitter. *Forgotten Ally: China's World War II, 1937-1945*. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2013.
10. Jerome Ch’en. (Org.), “Sixty Points on Working Methods — a Draft Resolution from the Office of the Centre of the CPC: 19.2.1958”. *Mao Papers: Anthology and Bibliography*. Londres: Oxford University Press, 1970. pp. 63-6.
11. John Allen; John Carver; Tom Elmore. “National Intelligence Estimate 13-7-70: Communist China’s International Posture”, 12 nov. 1970. In: *TRACKING THE DRAGON: NATIONAL INTELLIGENCE ESTIMATES ON CHINA DURING THE ERA OF MAO, 1948-1976*. Pittsburgh: Government Printing Office, 2004. pp. 593-4.
12. Ver Graham Allison. “Obama and Xi Must Think Broadly to Avoid a Classic Trap”. *The New York Times*, Nova York, 6 jun. 2013. Richard Rosecrance. *The Resurgence of the West: How a Transatlantic Union Can Prevent War and Restore the United States and Europe*. New Haven, Conn.: Yale University Press, 2013.
13. Num discurso de 13 de fevereiro de 2009, a secretária de Estado Hillary Clinton anunciou a estratégia regional do “Pivô para o Leste da Ásia” do governo Obama, que ainda está à espera de ser plenamente elaborada.
14. Conforme citado por Zhu Majie, Yu Xintian (Org.). “Deng Xiaoping’s Human Rights Theory”. In: *Cultural Impact on International Relations*, Chinese Philosophical Studies. Washington, D.C.: Council for Research in Values and Philosophy, 2002. p. 81.
15. A Europa, antes da Primeira Guerra Mundial, estava reduzida a cinco “jogadores” devido à unificação da Alemanha. Ver cap. 2.

Capítulo 7: “Agindo em nome de toda a humanidade”

1. “Speech on Conciliation with America” (1775). In: Edmund Burke. *ON EMPIRE, LIBERTY, AND REFORM: SPEECHES AND LETTERS*. Org. de David Bromwich. New Haven, Conn.: Yale University Press, 2000. p. 81-3. Burke simpatizava com a Revolução Americana porque a considerava uma evolução natural das liberdades inglesas. Ele se opunha à Revolução Francesa por julgar que ela teria arruinado o que gerações tinham trabalhado para conseguir, perdendo com isso a perspectiva de um crescimento orgânico.
2. Alexis de Tocqueville. “Concerning Their Point of Departure”. In: *Democracy in America*. Trad. George Lawrence. Nova York: Harper & Row, 1969. pp. 46-7.